

**A. I. N°** - 269283.0488/04-0  
**AUTUADO** - LIANE LIMA MENEZES  
**AUTUANTE** - DILSON MILTON DA SILVEIRA FILHO  
**ORIGEM** - INFAZ GUANAMBI  
**INTERNET** - 14.06.04

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF N° 0198/01-04**

**EMENTA:** ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. IMPOSTO NÃO RECOLHIDO. Comprovada a falta de recolhimento do imposto, na condição de microempresa 2. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 30/01/2004, exige imposto no valor de R\$ 300,00, por ter deixado de recolher o ICMS na condição de Microempresa (Simbahia), no período de março/03 a agosto/03.

O autuado, à fl. 12, apresentou sua impugnação alegando ter havido falha do sistema de controle de arrecadação da SEFAZ e equívoco por parte do autuante ao exigir o imposto que foi recolhido no prazo regulamentar. Anexou cópias de notas fiscais/conta de energia elétrica.

Requeru o cancelamento do Auto de Infração.

O autuante, à fl. 23, informou ter intimado o sujeito passivo a apresentar os comprovantes dos recolhimentos do ICMS-SimBahia, referente aos meses de março a agosto de 2003. No entanto, quando da apresentação da peça de defesa o autuado apresentou os referidos comprovantes, a exceção do relativo ao mês de março/03.

**VOTO**

Na presente ação fiscal foi exigido o pagamento do ICMS – SimBahia, relativo aos meses de março a outubro de 2003, devido na condição de microempresa.

O sujeito passivo anexou aos autos cópias reprográficas de notas fiscais/contas de energia elétrica, sendo que a relativa ao mês de 02/2003, com ICMS-Microempresa, no valor de R\$ 50,00, se refere ao contrato n° 0016685526 e medidor n° 960860357. As contas relativas aos meses de abril a outubro/03, com ICMS – Microempresa, nos valores de R\$ 25,00 cada, dizem respeito ao contrato n° 202645607 e medidor n° 004936396.

Buscando informações através do sistema de informatização da SEFAZ, identifiquei que o valor pago de R\$ 25,00 mensais apontados nas notas fiscais/contas de energia elétrica através do contrato da Coelba n° 202645607, diz respeito aos dados cadastrais da empresa Manoel Alves Martins, inscrita na condição de microempresa 1, IE n° 059.150.820, localizada na Praça Getúlio Vargas, 722, Carinhonha – Bahia, apesar de o contrato com a Coelba se encontrar em nome da pessoa física Liane Lima Menezes.

Também, do resultado da consulta feita no Sistema de Informatização da SEFAZ, constatei que nos dados cadastrais do autuado o contrato da Coelba utilizado para o pagamento do ICMS devido é o de n° 16685526, estando inscrito na condição de microempresa 2 e, o valor devido, mês a mês, é de R\$ 50,00 mensais, entretanto, não constam, no Sistema da SEFAZ – Arrecadação e Relação de DAEs, os pagamentos do ICMS relativos aos meses objeto da autuação. Além disso, o sujeito passivo ao anexar aos autos cópias reprográficas de notas fiscais/contas de energia elétrica para

demonstrar ter efetuado o pagamento do ICMS microempresa, juntou notas pertencentes a outro contribuinte. Comprovou, apenas, o pagamento relativo ao mês de fevereiro de 2003 que não foi objeto da acusação fiscal.

Desta maneira, resta mantida a acusação fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269283.0488/04-0**, lavrado contra **LIANE LIMA MENEZES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 300,00**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 7 de junho de 2004.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA